

Deterioração

Não vemos por que agir agora em relação à economia só "para efeito demonstração", como se noticiou ser a nova instrução do presidente da República ao ministro da Fazenda. No passado, quando o Governo detinha ainda algum poder efetivo de iniciativa, mas não soube usá-lo, as medidas econômicas nunca alcançaram mais do que o efeito demonstração. Sendo agora instituídas com esse fim precípua nem ele será mais obtido.

É muito pouco provável que o Governo consiga segurar a inflação no patamar que o ministro da Fazenda considera razoável, isto é, algo em torno do que aí está. Esta semana, verificaram-se sinais nítidos de fuga expressiva do dinheiro para o dólar, escasseando os recursos da rolagem da dívida. O Governo reagiu elevando ainda mais o rendimento real do *overnight*. Este processo tem um resultado lógico, a hiperinflação.

As autoridades econômicas usaram exaustivamente a política monetária para contrair consumo contra todas as evidências de que não daria certo. Não deu. Agora a política de juros passou a ser uma corrida contra o dólar, destino inevitável dos ativos financeiros sobressaltados.

Além destes sinais claros de perturbação, os agentes sabem que a inflação atual está ainda reprimida por tarifas públicas irreais e por defasagem cambial. Em algum momento do futuro a verdade tarifária e a verdade cambial terão que emergir detonando seus explosi-

vos. Isto não é, ao contrário do que se pretende fazer crer, um fenômeno psicológico. É a dura realidade das coisas concretas.

Para agravar o quadro — e aqui sim o fator psicológico é influente —, o mês de janeiro se caracterizará pela reposição dos estoques em todo o comércio que elevou o consumo em dezembro ao paroxismo. A reposição de estoques, estimulada pelas incertezas relativas aos meses seguintes, dará sua contribuição particular à aceleração inflacionária. É claramente possível que se chegue a fevereiro com a situação de desordem configurada.

A nova liderança do País, que certamente acompanha os passos da crise, deveria estar atenta à eventualidade de vir a ser necessária a convocação do Congresso tão logo as circunstâncias o exigam. Embora nada de prático possa ser feito quanto à inflação, o Congresso reunido serviria pelo menos para preencher vácuos de poder, assegurando a normalidade institucional.

Seria de todo conveniente que o País não chegasse à situação de ter de encurtar o mandato do atual presidente da República. É muito melhor para todos assegurar-se o máximo de tranquilidade ao processo político. Mas receamos que o quadro se deteriore rapidamente no alvorecer do novo ano, criando uma situação de crise aguda, cujo desdobramento inevitável será a posse antecipada do presidente eleito. Esperamos que ele esteja preparado para fazê-lo.